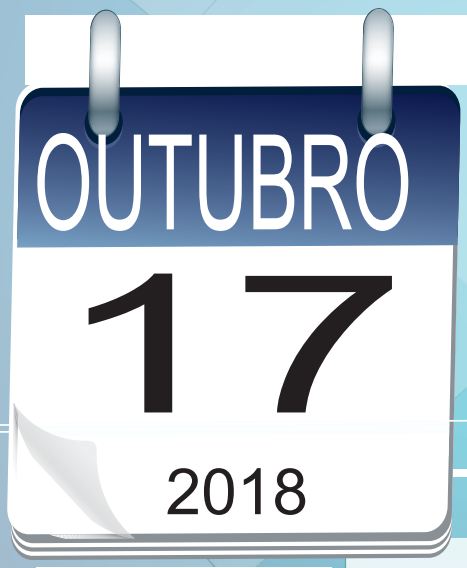
CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3229.3101

O POPULAR 17/10

GIRO



Caio Henrique Salgado
caio.salgado@opopular.com.br

Revitalização

O edital de licitação das obras da Praça do Trabalhador, no Centro de Goiânia, prevê gastos na ordem de R$ 8,6 milhões. A ideia do projeto é que o espaço seja utilizado como estacionamento público quando não houver feiras livres. A concorrência está prevista para 19 de novembro, mas os serviços só devem ser iniciados em 2019.

O POPULAR 17/10

Conta de luz fica 18,54% mais cara

ENERGIA Reajuste começa a valer no próximo dia 22; em dez anos, tarifa para residências teve alta de 91,38%, enquanto IPCA variou 78,02%

Katherine Alexandria
katherine.alexandria@opopular.com.br

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem a revisão tarifária periódica – ajuste que ocorre a cada cinco anos – da Enel Distribuição Goiás, antiga Celg. Ficou definido que o consumidor goiano terá um aumento médio de 18,54% na conta de luz a partir do dia 22 de outubro, sendo que o inicialmente esperado e apresentado em audiência pública era de que o índice fosse de 15,72%.

A alta para os consumidores de baixa tensão, em sua maioria clientes residenciais, será de 15,31% e para os clientes de média e alta tensão (indústrias e grandes comércios) será de 26,52%. Ontem, também ocorreu anúncio de novas tarifas para companhias paulistas e o aumento médio ficou próximo ao da goiana – CPFL Piratininga (19,25%) e EDP (16,12%). "Mesmo após o aumento, a tarifa da Enel ficará na média do setor", defende o responsável pela Regulação, Renato Sampaio.

Porém, de 2008 para 2018, a tarifa residencial da empresa aumentou 91,38%, bem acima do verificado para a inflação no período – IGP-M (75,41%) e IPCA (78,02%). Uma evolução que chama a atenção e contrasta diretamente com as dificuldades vivenciadas pelos consumidores e atestadas pelo título da Enel Distribuição Goiás de pior distribuidora do País no ranking da Aneel.

Sampaio defende que o aumento acima da inflação ocorre historicamente por causa da compra de energia e dos encargos, que seriam os grandes vilões e fatores que não são gerenciados pela distribuidora. Pontua que a parte que fica para a distribuidora operar, expandir, manter a rede de energia e fazer frente a investimentos só aumentou 8% em uma década.

Em relação à revisão que entrará em vigor na semana que vem, ele lembra que dois terços do aumento são compostos por custos que não são de responsabilidade da concessionária. "Menos de um terço é parcela de gestão da Enel, que é um aumento para fazer frente aos investimentos", diz ao citar que o aporte somou R$ 830 milhões no ano passado e deve atingir o mesmo patamar em 2018, mais que o dobro dos R$ 300 milhões anuais investidos antes da privatização (em 2015 e 2016).

Esses investimentos realizados são considerados para formar o valor do aumento. Se aumentam, o retorno para a companhia também cresce. Em uma conta de R$ 100, agora R$17,20 serão destinados à companhia. Com relação à remuneração do capital, a Aneel afirma que houve variação de 67,68%, o que representou um impacto nas tarifas de 3,09%. "A situação adveio principalmente do aumento de 92% da base líquida em decorrência dos investimentos realizados desde a última revisão tarifária (2013)", diz texto do relatório da audiência.

> *"Se tivesse chovido bem e não tivessem acionado as térmicas, fatalmente o custo poderia se reduzir"*
>
> **Renato Sampaio, responsável pela Regulação da Enel Distribuição Goiás**

DIFERENÇA

Os itens mais representativos que levaram à alteração dos valores que foram submetidos à audiência pública, conforme expôs a Aneel, foram os encargos setoriais, devido a uma alteração da cota da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), responsável pela variação de 1,22%, e os custos de aquisição de energia (2,58%). No caso desse último, houve atualizações de perdas técnicas e não técnicas a cotação do dólar para a valoração da energia de Itaipu.

Sendo assim, o responsável pela Regulação da Enel resume que dólar, acionamento das usinas termelétricas e risco hidrológico impactaram e o efeito disso não será amargado somente em Goiás. "Se tivesse chovido bem e não tivessem acionado as térmicas, fatalmente o custo poderia reduzir. Em todo Brasil, o ajuste será no mesmo patamar."

Dentro das classes de consumidores, o maior aumento este ano será para os consumidores de alta tensão, também por uma mudança. É que foi retirado um desconto de encargo (CDE), que havia sido aplicado em 2017.

A revisão é estabelecida na regulamentação e visa estabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A cada vez que ocorre reflete os aumentos do período (cinco anos).

DIÁRIO DA MANHÃ 17/10

Hugo em emergência

Hospital continua enfrentando dificuldades, mas diretor afirma que atendimento de emergência está sendo mantido



Silvana Marta
Da editoria de **Cidades**

O Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo) continua enfrentando dificuldades. Segundo relatório do Ministério do Trabalho, que mantém ordem de interdição do hospital, faltam mais de 150 itens, entre medicamentos, insumos e materiais de trabalho. A lista inclui antibióticos, antifúngicos, agulhas para anestesia, luvas cirúrgicas, sondas, além do básico paracetamol e álcool em gel.

Diretor-geral do hospital, Ciro Ricardo admite dificuldades devido a falta de repasse financeiro por parte do governo de Goiás, mas afirma que o setor de Urgência e emergência, principal objetivo da unidade de saúde, está sendo mantido. A dívida hoje do governo de Goiás com a OS que gere o Hospital gira em torno de R$ 38 milhões.

Também, de acordo com o Ministério do Trabalho, a quantidade de seringas é inferior à necessária para o consumo diário. Conforme informações, há estoque de 850 seringas de 20 ml, sendo que o consumo diário é de 1.663. Há 550 seringas de 10 ml, sendo que o consumo diário é de 1,4 mil por dia.

O relatório de avaliação feito pela auditora do trabalho Jacqueline Carrijo constatou que os médicos, pela falta de medicamentos, acabam substituindo uns por outros, o que é muito arriscado. Ela afirma que há 21 pacientes usando polimixina, sendo que se o estoque estivesse normalizado, apenas 5 estariam usando esse antibiótico, o que aumenta o risco no tratamento.

Trecho do documento do Ministério do Trabalho sobre as condições precárias do Hugo.

Como não há no estoque do hospital coletores de urina, estes estão sendo substituídos por comadre/marreco (pinico), o que é desaconselhável do ponto de vista de higiene ocupacional.

DÍVIDA

O Estado deve à Gerir, Organização Social que administra o Hugo, R$ 38 milhões. A Secretaria da Saúde disse que o pagamento está sendo feito o à medida que a Secretaria da Fazenda (Sefaz) faz o repasse dos recursos.

ATENDIMENTO

O hospital é um dos maiores do Estado, e faz cerca de 5,8 mil atendimentos por mês.

ENCAMINHAMENTOS

O Ministério do Trabalho notificou dia 15/10, a Central de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde, para que não encaminhe mais pacientes ao hospital.

Em resposta, o Complexo Regulador de Goiânia afirma que, apesar de notificado, continuará cumprindo seu dever legal de regular, já que cabe ao Estado definir alternativas (hospitais) para que para que sejam feitos os encaminhamentos dos pacientes. O órgão aguarda um posicionamento da Secretaria Estadual de Saúde.

SECRETARIA DA SAÚDE

Apesar do atraso de milhões no pagamento da OS que gere o Hugo, Gerir, a Secretaria Estadual de Saúde afirma que "a unidade vem garantindo assistência ao público". De acordo com a SES, o Hugo teve 329 pacientes internados no último domingo (14), quer seja em leitos de UTI ou enfermaria. Além disso, apesar das dificuldades enfrentadas, realizou 1.411 cirurgias em setembro, o que corresponde a quase 50 procedimentos por dia.

SINDSAÚDE

A presidente do Sindsaúde Flavtana Alves Barbosa, disse ao Diário da Manhã que o que está acontecendo é o abandono total do Governo do Estado em relação à saúde. Ela reafirma que esse modelo de gestão, de OS's, vem sendo denunciado há muito pelo sindicato, como não sendo o melhor modelo de gestão pública. "Ninguém trabalha de graça. Se não há repasse,

DIÁRIO DA MANHÃ 17/10

Hugo em emergência





Presidente do Sindsaúde, Flaviana Alves Barbosa, disse que há muito vem denunciando o modelo de gestão das OSs



Ciro Ricardo-diretor-geral do Hugo

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Superintendência Regional do Trabalho no Estado de Goiás – MTE/GO

COORDENAÇÃO DAS AUDITORIAS FISCAIS DO TRABALHO NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

3.3. Coletor de Urina Sistema aberto: Usado para pacientes conscientes que urinam por sonda. O consumo diário é de 820 coletores por dia. Não há no estoque do hospital nenhum coletor. Em substituição usa-se comadre/marreco (pinico) o que é péssimo em termos de higiene ocupacional, gera mais sobrecarga laboral e prejudica o controle do balanço hídrico do paciente.

3.4. Sonda de aspiração: usada para aspiração de paciente. Caso não usada, o paciente pode brônquio-aspirar e piorar padrão respiratório. O consumo é de 253 sondas/dia. No estoque do hospital em 15/10/2018, há somente 800 sondas, o necessário para os pacientes já internados para 3 dias.

não há atendimento", finaliza sobre a crise no Hugo.

DIREÇÃO DO HOSPITAL

O diretor geral do Hugo, Ciro Ricardo, admite dificuldades na gestão do hospital devido ao atraso no repasse de recursos destinados a manutenção da unidade de saúde. Em entrevista ao **Diário da Manhã** ontem Ciro afirmou que o serviço de emergência vem sendo mantido mesmo com todas as dificuldades.

"É uma situação difícil, sem recursos a gente não tem como manter os insumos necessários para a manutenção geral do Hospital. Mas mesmo com toda esta situação a gente continua trabalhando normalmente. Neste mês já foram feitas 1.380 cirurgias. Os setores de emergência e urgência do Hugo estão sendo mantidos normalmente, mas se não forem repassados os recursos poderemos sim ter problemas mais adiante", afirma o diretor.